



CÂMARA MUNICIPAL DE ARAUCÁRIA

ESTADO DO PARANÁ

EDIFÍCIO Vereador PEDRO NOLASCO PIZZATTO

PROCESSO LEGISLATIVO Nº: 000292/2020



PROTOCOLO Nº: 002295/2020

PROJETO DE LEI Nº 2.318/2020

INICIATIVA: PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAUCARIA

REVOGA A LEI MUNICIPAL N 3.120 DE 22 DE JUNHO DE 2017, QUE CRIA O CENTRO MUNICIPAL DE EDUCACAO CULTURAL LUCY MOREIRA MACHADO - ENSINO MULTIDISCIPLINAR, CONFORME ESPECIFICA.

AUTUAÇÃO

Aos 14 dias do mês de Abril de 2020, autuo o presente processo e documentos anexos que adiante se vê(em) do que, para constar eu, EMANOELE DE DEUS SAVAGIN, funcionário encarregado lavrei o presente termo.



Prefeitura do Município de Araucária

Secretaria Municipal de Administração

OFÍCIO EXTERNO nº 923/2020

Araucária, 24 de março de 2020

Ao(À) Senhor(a): AMANDA MARIA BRUNATTO SILVA NASSAR
DD. Presidente da Câmara Municipal de Araucária
Câmara Municipal de Araucária
Araucária/PR

Assunto: Projeto de Lei nº 2.318/2020.

PROTOCOLO Nº	2295/2020
EM:	27/03/2020
FUNCIONÁRIO Nº	20321

Prezado(a);

Com o presente, estamos encaminhando a Vossa Excelência e aos demais pares dessa Egrégia Casa Legislativa, para apreciação, análise, discussão e posterior aprovação, o Projeto de Lei nº 2.318/2020, que dispõe sobre a revogação da Lei Municipal nº 3.120/2017.

Solicitamos que Vossa Excelência e demais Vereadores que compõem essa Câmara Municipal, apreciem e votem o Projeto de Lei, na forma estabelecida no artigo 42, § 1º da Lei Orgânica do Município de Araucária.

O interesse público que justifica a solicitação de tramitação em regime de urgência, reside na necessidade de que a finalidade da Lei 3.120/2017 era oferecer ensino de Educação Básica Cultural Multidisciplinar, visando o atendimento a estudantes no contraturno, prioritariamente nas Unidades Educacionais públicas, no entanto, a Secretária de Educação informa que em 2018 a pasta da Secretária de Educação observou que algumas demandas que são de responsabilidade do município não estavam sendo gerenciadas como deveriam, pois dentre os 399 Municípios do Estado apenas Araucária e Curitiba ainda atendiam estudantes de 6º a 9º ano (2470 em 2018 e 1761 em 2019);

Além disso o Município não aderiu ao pacto entre o Estado e os Municípios do , que aconteceu em 2007 quando da obrigatoriedade do Ensino de 9 anos, ficando o Estado responsável pelos anos finais do Ensino Fundamental e Ensino Médio, Devido a isto a lista de espera por vagas na educação infantil em 2018 era de 3.500 crianças.

Em relação ao CMEC Lucy Moreira Machado verifica-se que este realizava atendimento a estudantes de todo o município com oficinas de canto, coral, língua estrangeira, jogos, entre outros, sendo que estes cursos eram ministrados por professores, porém estes professores não eram vinculados à uma unidade de Ensino, portanto, descaracterizando a função do professor e também impossibilitando o recebimento de recursos por não caracterizar uma educação em tempo integral;

Ao perceber esta deficiência a Secretaria de Educação realizou as seguintes ações para solucionar esta demandas.

- Dialogo com a Secretaria de Cultura para oferecer os projetos que existiam no CMEC, a partir de 2020 para os estudantes em contraturno, com profissionais de docência 2.

- Abertura de atendimento em jornada ampliada de segunda a sexta nas escolas Elírio e Aleixo;

- A construção da Escola Ambrosio lantas que será a primeira Escola de Matrícula integral obrigatória.

- O Clube de Ciências na Escola Ibraim;

- A organização do Projeto de Educação Ambiental para todas as Unidades.

Desse modo, solicito que Vossa Excelência e demais vereadores que compõem essa Câmara Municipal, apreciem e votem o Projeto de Lei em apreço.

41 3614-1693

Rua Pedro Druszc, 111 - CEP 83702 080 - Centro - Araucária / PR



Prefeitura do Município de Araucária
Secretaria Municipal de Administração

Projeto de Lei nº 2.318/2019 - pág. 2/2

Na oportunidade renovo a Vossa Excelência e aos demais componentes dessa Egrégia Câmara Legislativa, a estima e distinta consideração.

Atenciosamente,



HISSAM HUSSEIN DEHAINI
Prefeito de Araucária



PROJETO DE LEI Nº 2.318, DE 24 DE MARÇO DE 2020

Revoga a Lei Municipal nº 3.120, de 22 de junho de 2017, que cria o Centro Municipal de Educação Cultural Lucy Moreira Machado – Ensino Multidisciplinar, conforme especifica.

CONSIDERANDO Considerando as legislações que regem a Educação do nosso País como a Constituição Federal, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação – LDB – 9394/96, o Plano Nacional de Educação 13005/2014

CONSIDERANDO Considerando o documento do Tribunal de Contas referente às demandas da Educação processo nº 019837-2018 aberto em 09/11/2018, referente a auditoria sobre o cumprimento da meta da universalização da pré-escola para crianças de 04 e 05 anos de idade.

CONSIDERANDO Considerando o termo de Ajuste de Conduta – Tac referente a falta de vagas novas na Rede Municipal de Ensino para crianças de 0 a 3 anos, diante da lista de espera do município.

CONSIDERANDO a meta 6 do Plano Nacional de Educação, Lei 13005/2014, que oferece a educação em tempo integral em, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) das escolas públicas, de forma a atender, pelo menos, 25% (vinte e cinco por cento) dos (as) alunos (as) da educação básica.

Art. 1º Fica revogada a Lei Municipal nº 3.120, de 22 de junho de 2017.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura do Município de Araucária, 24 de março de 2020.

HISSAM HUSSEIN DEHAINI
Prefeito de Araucária

RECEBIDO EM PLENÁRIO

Em: 13/04/2020
Despacho: ADP: Cpl e
CEBS

Amanda M. Brunello Silva Nassar
Presidente

DELIBERAÇÃO DO PLENÁRIO

Primeira VOTAÇÃO

Em: 25/05/2020

Resultado: Aprovado pela

maioria dos presentes (107F

x 02C - voto contrário de

Ren. Aparecido Rome e Fabio Alceu

Fábio Alceu Fernandes

Primeiro-Secretário

DELIBERAÇÃO DO PLENÁRIO

Segunda VOTAÇÃO

Em: 01/06/2020

Resultado: Aprovado pela

maioria dos presentes (106F x 02C)

com o voto contrário de

Ren. Aparecido Rome

Fábio Alceu Fernandes

Primeiro-Secretário

ENCAMINHADO

Ofício nº 88/2020 Em: 02/06/2020

Destino: Pl. Mun.

Emanoel de Savagin
Chefe do Processo Legislativo

PROCESSO NUMERADO	
DE 002	A 020
ARQUIVADO	
EM 04 06 2020	

Visão: Visualizar Processo

Principal

Documentos

Anexos

Tributais

Histórico

Proc. Relacionados

Situação Atual: Em Análise

Número/Ano:

14359

/

2020

Cod. Verificador: K4J9

Data Abertura: 16/03/2020

Previsão: 31/03/2020

Assunto:

1092

SMED

Subassunto:

4742

CESSACAO DEFINITIVA DE UNIDADE EDUCACIO

Requerente:

2919885

SMED - DEPARTAMENTO DE ESTRUTURA E FUN

Requerente CPF/CNPJ: 00.000.000/0000-00

Responsável:

2919885

SMED - DEPARTAMENTO DE ESTRUTURA E FUN

Observação de Abertura:

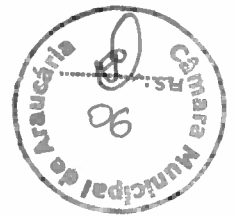
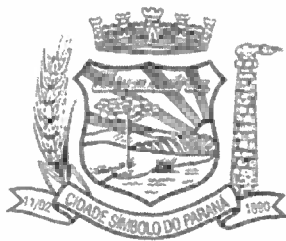
SOLICITAÇÃO DE REVOGAÇÃO DA LEI DE CRIAÇÃO DO CMEC LUCY MOREIRA MACHADO.

Receber

Tramitar

Complementar

Fechar



Prefeitura do Município de Araucária

Secretaria Municipal de Educação

Ofício nº 4588 - DESF

Araucária, 09 de março de 2020.

Ao Senhor
SIMON GUSTAVO CALDAS DE QUADROS
Procurador
Procuradoria Geral do Município
Araucária/PR

Assunto: **CESSAÇÃO DO CMEC**

Prezado Secretário,

Considerando as legislações que regem a Educação do nosso País como a Constituição Federal, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação - LDB 9394/96, o Plano Nacional de Educação 13005/2014;

Considerando o documento do Tribunal de Contas referente às demandas da Educação processo nº 019837/2018 aberto em 09/11/2018 referente a auditoria sobre o cumprimento da meta da universalização da pré-escola para crianças de 04 e 05 anos de idade;

Considerando o Termo de Ajuste de Conduta - TAC referente a falta de vagas novas na Rede Municipal de Ensino para crianças de 0 a 3 anos, diante da lista de espera do município (disponível on-line);

Considerando a meta 6 do Plano Nacional de Educação, Lei 13005/2014:

Meta 6: oferecer educação em tempo integral em, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) das escolas públicas, de forma a atender, pelo menos, 25% (vinte e cinco por cento) dos(as) alunos(as) da educação básica.

Considerando que foi enviada solicitação da alteração da Lei do Plano Municipal de Educação Lei nº 2848/2015 por meio do processo 40566/2019, estamos aguardando os encaminhamentos;

Considerando que a Rede de Ensino de Araucária ainda encontra-se com matrículas de estudantes de 6º ao 9º Ano, utilizando espaços, assim como temos professores de docência 2 que em Lei estão em processo de extinção do cargo;

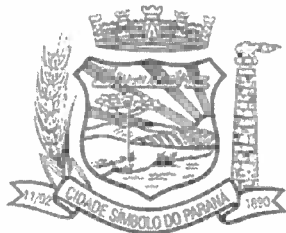
Considerando que com essa reorganização que finda-se em 2022 teremos algumas Unidades Educacionais com salas e poderemos ampliar ainda mais esse atendimento com jornadas ampliadas (educação em tempo integral);

Considerando que atualmente para o cumprimento dessa Lei o município já está se organizando com a jornada ampliada (para gradativamente torná-las integral) totalizando o atendimento de 40 estudantes na Escola Municipal Elírio Alves Pinto, 80 estudantes na Escola Municipal Prefeito Aleixo Grebos e o Clube de Ciências na Escola Ibraim;

Considerando que com a entrega da Escola Municipal Professor Ambrósio lant as a intenção da administração é de que seja concebida no seu projeto pedagógico com a primeira Escola de matrícula integral obrigatória;

Assim, a Secretária de Educação vem por meio deste deixar registrado que ao assumir em 2018 a pasta da Secretaria de Educação observou que de fato algumas demandas

Rua Lourenço Jasiocha, 2197 - CEP 83702-090 - Centro - Araucária / PR



Prefeitura do Município de Araucária

Secretaria Municipal de Educação

que são de responsabilidade do município não estavam sendo gerenciadas como:

* Dentre os 399 municípios do estado apenas Araucária e Curitiba ainda atendiam estudantes de 6º ao 9º ano (2470 em 2018 e 1761 em 2019);

* O Município não aderiu ao pacto entre o estado e os municípios do Paraná que aconteceu em 2007 quando da obrigatoriedade do Ensino de 9 anos, ficando o Estado responsável pelos anos finais do Ensino Fundamental e Ensino Médio;

* A lista de espera por vagas na Educação Infantil era de 3.500 crianças;

* Espaços que não são de responsabilidade da pasta da Educação:

- Centro Municipal de Atendimento Educacional Especializado Padre José Anusz (Escola Agrícola);

- CMEC Lucy Moreira Machado atendimento a estudantes de todo o município com oficinas de canto, coral, língua estrangeira, jogos, entre outros, que eram ministrados por professores, mas não vinculados à uma unidade de Ensino, portanto, descaracterizando a função do professor e também impossibilitando o recebimento de recursos por não caracterizar uma educação em tempo integral;

A Secretaria de Educação informa que realizou as seguintes ações depois que constatou essas demandas:

* Diálogo com a Secretaria de Cultura para oferecer os projetos que existiam no CMEC, a partir de 2020 para os estudantes em contraturno, com profissionais de docência 2 (já foi disponibilizado);

* Abertura de atendimento em jornada ampliada de segunda a sexta nas escolas Elírio e Aleixo;

* Abertura de pelo menos uma escola em 2020 totalmente para Educação Integral;


* Organização do Clube de Ciências na Escola Ibraim;

* Organização do Projeto de Educação Ambiental para todas as Unidades;

Assim, esta Secretaria solicita:

A revogação da Lei Nº 3120/2017 - que cria o Centro Municipal de Educação Cultural Lucy Moreira Machado - Ensino Multidisciplinar, tendo em vista que o foco, conforme legislações supracitadas é de atender os estudantes nas próprias Unidades Educacionais e nas proximidades das casas, evitando uso do transporte coletivo, assim como, respondendo a Legislação Federal (PNE meta 6).

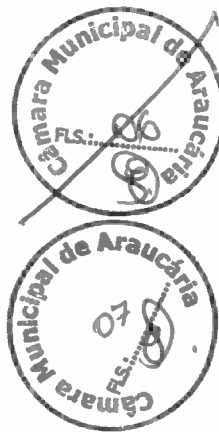
Atenciosamente,


ADRIANA DE OLIVEIRA CHAVES
PALMIERI
SECRETÁRIA MUNICIPAL DE
EDUCAÇÃO


ARIETE MARIA FERNANDES TONEGAWA
DIREÇÃO DO DEPARTAMENTO DE ESTRUTURA E
FUNCIONAMENTO



CÂMARA MUNICIPAL DE ARAUCÁRIA
ESTADO DO PARANÁ
Edifício Vereador Pedro Nolasco Pizzatto



FOLHA DE INFORMAÇÃO

À Diretoria Jurídica:

Para Parecer.

Proposição recebida em Plenário na Sessão Extraordinária realizada no dia 13/04/2020.

Na Mensagem do presente Projeto de Lei, o Senhor Prefeito Municipal solicita a tramitação em **Regime de Urgência**, de acordo com o Art. 42, §1º da Lei Orgânica do Município, o qual foi aprovado em Sessão.

Sendo assim, o prazo para análise da matéria será de dez dias comum a todas as Comissões, conforme o Art. 62, § 4º do Regimento Interno.

Em 14 de abril de 2020.

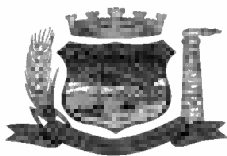
João Guilherme Belo
DIRETOR DO PROCESSO LEGISLATIVO

Certifico que fiz juntada às folhas 08 a 10, com Parecer Jurídico nº 34/2020, contendo 03 (três) laudas frente e verso.

Posto isto, segue à Presidência.

Diretoria Jurídica, 22 de Abril de 2020.


Rafaela Moreira Lemos
Estagiária de Direito



CÂMARA MUNICIPAL DE ARAUCÁRIA
ESTADO DO PARANÁ
EDIFÍCIO VEREADOR PEDRO NOLASCO PIZZATO



PROCESSO LEGISLATIVO Nº 292/2020

PROTOCOLO Nº 2295/2020

PROJETO DE LEI Nº 2.318/2020

EMENTA: “*REVOGA A LEI MUNICIPAL Nº 3.120 DE 22 DE JUNHO DE 2017, QUE CRIA O CENTRO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO CULTURAL LUCY MOREIRA MACHADO – ENSINO MULTIDISCIPLINAR, CONFORME ESPECIFICA.*”

INICIATIVA: PREFEITO

PARECER Nº 34/2020

1. DO RELATÓRIO

O Senhor Prefeito encaminha projeto de lei em epígrafe para deliberação e posterior aprovação deste Legislativo, que dispõe sobre a revogação da Lei Municipal nº 3.120, de 22 de junho de 2017, que cria o Centro Municipal de Educação Cultural Lucy Moreira Machado – Ensino Multidisciplinar.

Em sua mensagem, encaminhada pelo Ofício Gabinete nº 923/2020, fls. 02, justifica a apresentação da referida proposição em razão do Município não ter aderido ao pacto com o Estado, desta feita, o Estado é o responsável pelos anos finais do Ensino Fundamental e Ensino Médio. Esclarece que o Centro Municipal de Educação Cultural Lucy Moreira Machado – Ensino Multidisciplinar oferecia oficinas de canto, coral, língua estrangeira, jogos entre outros, ministrados por professores não vinculados a uma unidade



CÂMARA MUNICIPAL DE ARAUCÁRIA
ESTADO DO PARANÁ
EDIFÍCIO VEREADOR PEDRO NOLASCO PIZZATO

de Ensino, descaracterizando a função do professor. Verificada essa deficiência foram realizadas diversas ações.

Após breve relatório passamos à análise jurídica.

2. DA ANÁLISE JURÍDICA

Preliminarmente, importa referir que o art. 30 da Constituição Federal, estabelece as competências conferidas ao ente municipal, especialmente no que diz respeito a legislar sobre assunto de interesse local.

Com efeito, o projeto de lei em estudo é matéria de cunho local, cuja regulamentação é de competência do Município. Proposição que disponha a respeito de regime jurídico deve ser de iniciativa do Chefe do Poder Executivo, o Prefeito, em se tratando da esfera municipal, conforme determinação do inciso II do art. 41 da Lei Orgânica.

De acordo com o disposto na Constituição Federal (art. 61, § 1º, II, “b”), preceito aplicado por simetria ao Município, o agente competente para iniciar o processo legislativo, tratando-se de organização administrativa, no âmbito municipal, é o Prefeito:

Art. 61. A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou Comissão da Câmara dos Deputados, do Senado Federal ou do Congresso Nacional, ao Presidente da República, ao Supremo Tribunal Federal, aos Tribunais Superiores, ao Procurador-Geral da República e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.

§ 1º - São de iniciativa privativa do Presidente da República as leis que:

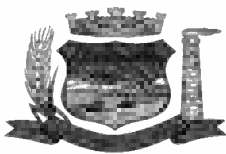
(...)

II - disponham sobre:

(...)

b) organização administrativa e judiciária, matéria tributária e orçamentária, serviços

J



CÂMARA MUNICIPAL DE ARAUCÁRIA
ESTADO DO PARANÁ
EDIFÍCIO VEREADOR PEDRO NOLASCO PIZZATO



públicos e pessoal da administração dos Territórios;

A Lei Orgânica confere ao Prefeito a iniciativa de projetos de lei e encaminhá-los à Câmara Municipal:

“Art.40 - ...

(...)

§ 1º - A iniciativa dos Projetos de Lei é de competência:

b) do Prefeito;

Art. 56 – Ao Prefeito compete:

(...)

III – envia Projetos de Lei à Câmara Municipal;

Art. 41 – Compete privativamente ao Prefeito à iniciativa de Projeto de Lei que:

(...)

V – criem e estruturam as atribuições e entidades da administração pública, direta e indireta”

Desta feita, o referido Projeto de lei está em conformidade com os termos dispostos na Lei Orgânica do Município de Araucária, que estabelece a competência para a iniciativa de projetos de lei em especial sobre a criação e estruturação das atribuições de entidades da administração direta, desta forma, pode-se afirmar que a quem compete à iniciativa da lei, também tem competência para a sua revogação.

A Lei Municipal que está sendo revogada pelo projeto de lei em análise dispõe sobre a criação do Centro Municipal de Educação Cultural Lucy Moreira Machado - Ensino Multidisciplinar.

A competência privativa legislativa municipal encontra seu amparo na Constituição Federal no art. 30 e seus incisos e a competência concorrente no art. 23.

Assim dispõe o art. 30, inciso I:

Art. 30. Compete aos Municípios:



CÂMARA MUNICIPAL DE ARAUCÁRIA
ESTADO DO PARANÁ
EDIFÍCIO VEREADOR PEDRO NOLASCO PIZZATO

I – legislar sobre assuntos de interesse local;

Conforme ditame constitucional o dever do Estado com a educação deverá ser efetivado com a garantia da educação básica obrigatória e gratuita dos 4 (quatro) aos 17 (dezessete) anos de idade, sendo que os Municípios atuarão prioritariamente no ensino fundamental e na educação infantil e os Estados atuarão prioritariamente no ensino fundamental e médio. (art. 208, I e art. 211, §§ 2º e 3º)

Dessarte, a matéria em questão está inserida nos assuntos de interesse local, portanto, compete ao Município legislar sobre a presente matéria.

Segundo Maria Helena Diniz, quando uma lei modifica ou regula, de forma diferente, a matéria versada pela lei anterior, seja em decorrência da ab-rogação (revogação total da lei anterior) ou pela derrogação (revogação parcial da lei anterior), podem surgir conflitos entre as novas disposições e as relações jurídicas já consolidadas sob a égide da velha norma revogada. (Diniz, Maria Helena. “*Conflito de leis*.” 3. ed. rev. – São Paulo: Saraiva, 1998, pag. 36.)

Revogação da lei em sentido genérico, e referentemente à lei, é a cessação da obrigatoriedade da lei, supressão ou cassação da lei. A revogação pode ser geral ou total “ab-rogação” ou parcial “derrogação”. Portanto, revogar é anular, suprimir, cassar, desobrigar, seja total ou parcialmente ou em parte. A revogação pode ser expressa ou tácita, expressa quando a lei que a revoga é especialmente destinada a esse fim e a ela claramente se refere e tácita quando a revogação resulta da incompatibilidade ou da divergência de norma entre a lei anterior e a lei nova. (De Plácido e Silva. Vocabulário Jurídico. Volumes III e IV. Rio de Janeiro. Forense. 1984, p. 144 e 145)

Temos que a organização administrativa se caracteriza pela mutabilidade, isto é, possibilidade de a Lei ampliar, alterar ou suprimir seus encargos, atribuições e benefícios. Nessa linha preleciona Marçal Justen Filho:

“A criação e a disciplina do cargo público fazem-se necessariamente por lei no sentido de que a Lei deverá contemplar a disciplina essencial e indispensável. Isso significa

J



CÂMARA MUNICIPAL DE ARAUCÁRIA
ESTADO DO PARANÁ
EDIFÍCIO VEREADOR PEDRO NOLASCO PIZZATO



estabelecer o núcleo das competências, dos poderes, dos direitos, do modo de investidura, e das condições do exercício das atividades, (...) Exige-se que a Lei promova a discriminação das competências e inserção dessa posição jurídica no âmbito da organização administrativa, determinando as regras que dão identidade e diferença a referida posição jurídica. (...) Uma característica própria do regime de Direito Público aplicável ao cargo público consiste na mutabilidade por determinação unilateral do Estado, que pode ampliar, alterar ou suprimir encargos, atribuições e benefícios, nos limites constitucionalmente permitidos.” (JUSTEN FILHO, Marçal. Curso de Direito Administrativo. 10 ed. São Paulo: Revistas dos Tribunais, 2014. p. 909.)

Em suma, a alçada para tratar sobre a organização administrativa sobre os seus auxiliares direto é do Chefe do Executivo Municipal.

Insta observar que a presente proposição deve seguir as determinações da Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998, que dispõe sobre a elaboração, a redação, a alteração e a consolidação das leis, desta forma, em atendimento à boa técnica legislativa, recomendamos a supressão das considerações.

Diante do previsto no art. 52, I e IV do Regimento Interno da Câmara Municipal de Araucária a matéria está no âmbito de competência **das Comissões de Justiça e Redação e de Educação e Bem-Estar Social** as quais caberão lavrar os pareceres ou solicitarem informações que entenderem necessárias.

É O PARECER.

Diretoria Jurídica, 22 de abril de 2020.

LEILA MAYUMI KICHISE

OAB/PR Nº 18.442



CÂMARA MUNICIPAL DE ARAUCÁRIA
ESTADO DO PARANÁ
Edifício Vereador Pedro Nolasco Pizzatto



FOLHA DE INFORMAÇÃO

De: Presidência
Para: Comissões Técnicas

Encaminhamos o Processo Legislativo nº 292/2020 (Projeto de Lei nº 2.318/2020) à sala das Comissões Técnicas para prosseguimento regimental.

Araucária, 22 de abril de 2020.


AMANDA NASSAR
PRESIDENTE

Encaminhado ao gabinete do(a)
vereador(a) Fabio Alan cse
na data de 23.10.2019 para
emissão de parecer.


ESTAGIÁRIA

Departamento Legislativo
Comissões Técnicas Permanentes



www.LeisMunicipais.com.br



LEI Nº 3120/2017

"Cria o Centro Municipal de Educação Cultural Lucy Moreira Machado - Ensino Multidisciplinar"

A CÂMARA MUNICIPAL DE ARAUCÁRIA, Estado do Paraná, aprovou, e eu, Prefeito Municipal, sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica criado o Centro Municipal de Educação Cultural Lucy Moreira Machado - Ensino Multidisciplinar, situado à Avenida Archelau de Almeida Torres, nº 1.411, Jardim Iguaçu, Araucária-PR.

Art. 2º O Centro Municipal de Educação Cultural Lucy Moreira Machado - Ensino Multidisciplinar se destina a oferecer ensino de Educação Básica Cultural Multidisciplinar, visando o atendimento a estudantes no contraturno, prioritariamente das Unidades Educacionais públicas municipais de Araucária.

Art. 3º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a firmar Convênios com entidades públicas ou privadas, visando a obtenção de recursos técnicos e financeiros para a CMEC "Lucy Moreira Machado", criado através desta Lei.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura do Município de Araucária, 22 de junho de 2017.

HISSAM HUSSEIN DEHAINI
Prefeito de Araucária

Processo nº 4272/2017

Data de Inserção no Sistema LeisMunicipais: 04/07/2017

Nota: Este texto disponibilizado não substitui o original publicado em Diário Oficial.

JÁ TENHO UMA CONTA

E-mail
Senha



CÂMARA MUNICIPAL DE ARAUCÁRIA
DEPARTAMENTO DO PROCESSO LEGISLATIVO – DPL
SALA DAS COMISSÕES TÉCNICAS



PARECER Nº 76/2019

Da Comissão de Justiça e Redação , sobre o Projeto de Lei nº 2.318 de 2020, de iniciativa do Prefeito Municipal. O qual “Revoga a Lei Municipal nº 3.120 de 22 de junho de 2017, que cria o Centro Municipal de Educação Cultural Lucy Moreira Machado – Ensino Multidisciplinar, conforme especifica”.

Relatores: Fabio Alceu Fernandes – PSB

I – RELATÓRIO

A Comissão de Justiça e Redação examina o projeto de lei 2.318 de 2020 que revoga a Lei Municipal nº 3.120 de 22 de junho de 2017, que cria o Centro Municipal de Educação Cultural Lucy Moreira Machado – Ensino Multidisciplinar, conforme especifica.

O Executivo Municipal justifica através do Ofício Gabinete nº 923/2020 (fls 02), que a presente proposição se faz necessária em razão do Município não ter aderido ao pacto com o Estado no ano de 2007. O Estado é o responsável pelos anos finais do Ensino Fundamental e Ensino Médio. Em relação ao Centro Municipal de Educação Cultural Lucy Moreira Machado, informa que o mesmo oferecia oficinas de canto, coral, língua estrangeira, jogos, entre outros, ministrados por professores não vinculados a uma Unidade de Ensino, descaracterizando a função do professor. Diante dessas situações foram realizadas diversas ações no sentido de continuar fornecendo todas as atividades desenvolvidas pelo equipamento de maneira descentralizada para a população jovem.

Ainda, conforme estabelecido no Art. 42, §1º da Lei Orgânica do Município de Araucária, o Sr. Prefeito solicitou **REGIME DE URGÊNCIA**.



CÂMARA MUNICIPAL DE ARAUCÁRIA
DEPARTAMENTO DO PROCESSO LEGISLATIVO – DPL
SALA DAS COMISSÕES TÉCNICAS



II – ANÁLISE

Segundo o inciso I e IV do Art. 52 do Regimento Interno da Câmara Municipal de Araucária, compete a Comissão de Justiça e Redação:

“Art. 52 Compete

I - à Comissão de Justiça e Redação, os aspectos constitucional, legal, regimental, jurídico, de técnica legislativa de todas as proposições e elaboração da redação final, na conformidade do aprovado, salvo as exceções previstas neste Regimento (Art. 154, § 2º; Art. 158; Art. 159, III e Art. 163, § 2º);

Tendo em vista o Art. 30º, inciso I da Constituição Federal e posteriormente transcrito para a Lei Orgânica de Araucária, através do Art. 5, inciso I, que compete ao Município legislar sobre interesse local.

“Art. 30. Compete aos Municípios:

I - legislar sobre assuntos de interesse local;”

Em consideração o Art. 40º, § 1º, “a” da lei orgânica do Município de Araucária, os projetos de lei podem ser de autoria do Prefeito Municipal, conforme consta abaixo,

“Art. 40 O processo legislativo compreende a elaboração de:

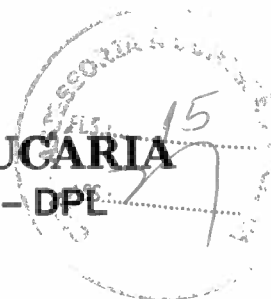
§ 1º A iniciativa dos Projetos de Lei é de competência:

b) do Prefeito;”

Em análise ao Parecer Jurídico Emitido pelo Douto Procurador Jurídico desta Casa Legislativa (Parecer Jurídico 34/2020), tenho que a propositura está em apta



CÂMARA MUNICIPAL DE ARAUCÁRIA
DEPARTAMENTO DO PROCESSO LEGISLATIVO – DPL
SALA DAS COMISSÕES TÉCNICAS



quanto à constitucionalidade, legalidade, juridicidade e boa técnica legislativa, assim opino em conformidade com o parecer jurídico apresentado acima, ou seja, pela aptidão da presente propositura dentro do campo de análise da presente comissão permanente. Dessa forma, no que cabe a essa Comissão analisar, não há óbice que impeça a tramitação em **REGIME DE URGÊNCIA** deste Projeto de Lei.

III – VOTO

Diante das razões apresentadas acima, não foram encontrados impedimentos que limitem a tramitação do projeto de lei, sendo assim, no que me cabe analisar o projeto acima epigrafado, diante o âmbito da Comissão de Justiça e Redação, sou favorável ao trâmite em **REGIME DE URGÊNCIA** do projeto.

Dessa forma, submeto o parecer para apreciação dos demais membros da comissão.

É o parecer.

Sala das Comissões, 12 de maio de 2020.


Fabio Alceu Fernandes
RELATOR – CJR



CÂMARA MUNICIPAL DE ARAUCÁRIA
DEPARTAMENTO DO PROCESSO LEGISLATIVO – DPL
SALA DAS COMISSÕES TÉCNICAS

VOTAÇÃO DO PARECER APRESENTADO PELO RELATOR DA CJR SOBRE O
PROJETO DE LEI 2.318 DE 2020

Membro	Favorável	Contrário	Ausente	Assinatura
Tatiana Assuiti Nogueira	X			
Celso Nicacio da Silva	X			

Encaminhado ao gabinete do(a)
vereador(a) Lucia Lima - CEBES
na data de 19/05/2020 para
emissão de parecer.

ESTAGIÁRIA
Departamento Legislativo
Comissões Técnicas Permanentes

Certifico que juntei parecer da Comissão
de CJR
contendo 04 lauda(s)
em 21/05/2020

ESTAGIÁRIA
Departamento Legislativo
Comissões Técnicas Permanentes



CÂMARA MUNICIPAL DE ARAUCÁRIA
DIRETORIA DO PROCESSO LEGISLATIVO
COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E BEM-ESTAR SOCIAL



PROJETO DE LEI Nº 2.318/2020

INICIATIVA : PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAUCÁRIA

PARECER Nº 08/2020

Trata se de Projeto de Lei de iniciativa da Prefeitura do Município de Araucária, que revoga a Lei Municipal nº 3.120 de 22 de junho de 2007, que cria o centro Municipal de Educação Cultural Lucy Moreira Machado- Ensino Multidisciplinar, conforme especifica.

Segundo o artigo 40, §1º, "a", da Lei Orgânica do Município de Araucária, os projetos de lei podem ser de autoria do Prefeito Municipal, conforme consta.

"Art. 40. O processo legislativo compreende a elaboração de:

§ 1º A iniciativa dos Projetos de Lei é de competência:

b) do Prefeito;"

Conforme art. 52 ,IV compete a comissão de Educação e Bem Estar Social, **matéria que diga respeito a ensino, ao patrimônio histórico e cultural, a ciência, as artes e assistência social.**

VOTO

Diante do exposto, sou, no que me cabe examinar, favorável ao trâmite do Projeto de Lei nº 2.318/2020, Não encontro impedimentos que limitem sua tramitação em **REGIME DE URGÊNCIA**, desta forma solicito apoio dos demais vereadores que compõe essa comissão para votarem favoravelmente a este projeto de Lei.

Sala das Comissões, 20 de maio de 2020


LUCIA DE LIMA

Relatora



CÂMARA MUNICIPAL DE ARAUCÁRIA
DIRETORIA DO PROCESSO LEGISLATIVO
COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E BEM-ESTAR SOCIAL



VOTAÇÃO SOBRE O PROJETO DE LEI Nº 2.318/2020

MEMBRO	FAVORÁVEL	CONTRÁRIO	ASSINATURA
Ver. Celso Nicácio	X		<i>Celso Nicácio</i>
Ver. Elias Almeida	X		<i>Elias Almeida</i>

Certifico que juntel parecer das
Comissões Técnicas contendo.....
lauda(s).

Comissão(ões): *CEBES*.....

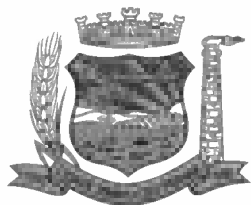
Relator: *Lucia de Lima*.....

Encaminhado a Diretoria do Processo

Legislativo em: *21/05/2020*.....

Ass: *[assinatura]*.....

ESTAGIÁRIA
Departamento Legislativo
Comissões Técnicas Permanentes



CÂMARA MUNICIPAL DE ARAUCÁRIA

ESTADO DO PARANÁ

EDIFÍCIO Vereador PEDRO NOLASCO PIZZATTO

PROJETO DE LEI Nº 2.318/2020

Revoga a Lei Municipal nº 3.120, de 22 de junho de 2017, que cria o Centro Municipal de Educação Cultural Lucy Moreira Machado – Ensino Multidisciplinar, conforme especifica.

CONSIDERANDO as legislações que regem a Educação do nosso País como a Constituição Federal, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação – LDB – 9394/96, o Plano Nacional de Educação 13005/2014

CONSIDERANDO o documento do Tribunal de Contas referente às demandas da Educação processo nº 019837-2018 aberto em 09/11/2018, referente a auditoria sobre o cumprimento da meta da universalização da pré- escola para crianças de 04 e 05 anos de idade.

CONSIDERANDO o termo de Ajuste de Conduta – Tac referente a falta de vagas novas na Rede Municipal de Ensino para crianças de 0 a 3 anos, diante da lista de espera do município.

CONSIDERANDO a meta 6 do Plano Nacional de Educação, Lei 13005/2014, que oferece a educação em tempo integral em, no mínimo, 50% (cinquenta por cento das escolas públicas, de forma a atender, pelo menos, 25% (vinte e cinco por cento) dos (as) alunos (as) da educação básica.

Art. 1º Fica revogada a Lei Municipal nº 3.120, de 22 de junho de 2017.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Câmara Municipal de Araucária, 2 de junho de 2020.


AMANDA MARIA BRUNATTO SILVA NASSAR
Presidente



CÂMARA MUNICIPAL DE ARAUCÁRIA

019

ESTADO DO PARANÁ
EDIFÍCIO Vereador PEDRO NOLASCO PIZZATTO

OFÍCIO Nº 88/2020 - PRES/DPL

Em 2 de junho de 2020.

Excelentíssimo Senhor Prefeito:

Através do presente, encaminhamos a Vossa Excelência o Projeto de Lei nº 2.318/2020, de iniciativa do Executivo, aprovado por este Legislativo nas Sessões realizadas nos dias 25 de maio e 1º de junho de 2020.

Atenciosamente.


AMANDA MARIA BRUNATTO SILVA NASSAR
Presidente

Excelentíssimo Senhor
HISSAM HUSSEIN DEHAINI
Prefeito Municipal
ARAUCÁRIA – PR

Prefeitura do Município de Araucária - SIMAD
PROTUDOLO - EXPEDIENTE - 02-Jun-2020-09:04-000337-1/3



CÂMARA MUNICIPAL DE ARAUCÁRIA

020

ESTADO DO PARANÁ

Edifício Vereador Pedro Nolasco Pizzatto

FOLHA DE INFORMAÇÃO

Na DPL:

O processo poderá ser arquivado.

Em 04 de junho de 2020.

João Guilherme Belo
DIRETOR DO PROCESSO LEGISLATIVO



Prefeitura do Município de Araucária

Secretaria Municipal de Administração

LEI Nº 3.621 DE 03 DE JUNHO DE 2020

Revoga a Lei Municipal nº 3.120, de 22 de junho de 2017, que cria o Centro Municipal de Educação Cultural Lucy Moreira Machado – Ensino Multidisciplinar, conforme especifica.

A CÂMARA MUNICIPAL DE ARAUCÁRIA, Estado do Paraná, aprovou, e eu, Prefeito, sanciono a seguinte Lei:

CONSIDERANDO as legislações que regem a Educação do nosso País como a Constituição Federal, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação – LDB – 9394/96, o Plano Nacional de Educação 13005/2014

CONSIDERANDO o documento do Tribunal de Contas referente às demandas da Educação processo nº 019837-2018 aberto em 09/11/2018, referente a auditoria sobre o cumprimento da meta da universalização da pré- escola para crianças de 04 e 05 anos de idade.

CONSIDERANDO o termo de Ajuste de Conduta – Tac referente a falta de vagas novas na Rede Municipal de Ensino para crianças de 0 a 3 anos, diante da lista de espera do município.

CONSIDERANDO a meta 6 do Plano Nacional de Educação, Lei 13005/2014, que oferece a educação em tempo integral em, no mínimo, 50% (cinquenta por cento das escolas públicas, de forma a atender, pelo menos, 25% (vinte e cinco por cento) dos (as) alunos (as) da educação básica.

Art. 1º Fica revogada a Lei Municipal nº 3.120, de 22 de junho de 2017.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura do Município de Araucária, 03 de junho de 2020.

HISSAM HUSSEIN DEHAINI
Prefeito de Araucária

Processo nº 14359/2020



Lei n° 3621/2020

Clique aqui para visualizar o ato: 3.621-2020.pdf (https://araucaria.atende.net/atende.php?rot=25021&aca=860&processo=getContent¶metro=%7B%22selecionar%22%3Afalse%2C%22selecionar_multipla%22%3Afalse%7D&chave=%7)

Assinado por: **MUNICIPIO DE ARAUCARIA**

Materia publicada no dia 23/06/2020. Edicao 610/2020